



DECISÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 05/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 141/2022

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE DRENAGEM NAS RUAS SÃO FRANCISCO, ANTÔNIO SARKIS E FRANCISCA RICARDINA DE PAULA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA.

O Secretário Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos Renato Garcia de Oliveira Dias, nomeado pela Portaria 4.225/2022, no uso de suas atribuições definidas pelo Decreto nº 5.009/2019 tendo por prerrogativas os regramentos estatuídos pela Lei Federal 8.666/93, considera e decide o que segue:

Considerando a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios em andamento em sua instância, com fundamento no teor do art. 49 da Lei Federal 8.666/93; e

Considerando o teor das Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal, em que há previsão de poder a Administração Pública revogar os próprios atos, no exercício da autotutela.

Observadas as considerações do órgão técnico, entendo que, deste modo, a **revogação** do processo é a decisão que melhor atende ao interesse público, considerando a alta dos preços da planilha SINAPI e SETOP em face da data-base utilizada para compor os custos do processo, tornando necessário rever os custos para que o valor da contratação seja os valores atualizados de mercado.

Nesta toada, é o entendimento jurisprudencial, conforme julgado do Mandado de Segurança 7.017/DF:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. INTERPRETAÇÃO DO ART.
49, § 3º, DA LEI 8.666/93.





1. A autoridade administrativa pode revogar licitação em andamento, em fase de abertura das propostas, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado.
2. É salutar que o sistema de comunicações possa ser executado de modo que facilite a concorrência entre empresas do setor e possibilite meios de expansão do desenvolvimento da região onde vai ser utilizado.
3. Revogação de licitação em andamento com base em interesse público devidamente justificado não exige o cumprimento do § 3º, do art. 49, da Lei 8.666/93.
4. Ato administrativo com a característica supramencionada é de natureza discricionária quanto ao momento da abertura de procedimento licitatório.
5. Só há aplicabilidade do § 3º, do art. 49, da Lei 8.666/93, quando o procedimento licitatório, por ter sido concluído, gerou direitos subjetivos ao licitante vencedor (adjudicação e contrato) ou em casos de revogação ou de anulação onde o licitante seja apontado, de modo direto ou indireto, como tendo dado causa ao proceder o desfazimento do certame.
6. Mandado de segurança denegado. (MS 7.017/DF, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 18/12/2000, DJ 02/04/2001, p. 248).

Destaca-se que, nos termos da parte final do art. 49 da Lei 8.666/93, é possível, no exercício da autotutela, a revogação de todo processo licitatório em decorrência de fato superveniente que ensejou o entendimento de que o procedimento não é mais oportuno e conveniente ao melhor atendimento do interesse público.

Diante do exposto, **DECIDE-SE:**





- a) **REVOGAR** todo o procedimento licitatório referente à **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 05/2022**, em virtude das considerações acima, com base no art. 49 da Lei Federal 8.666/93 e Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal.
- b) **DETERMINAR** a fixação do prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da publicação desta decisão na imprensa oficial e, para o exercício dos direitos constitucionais do contraditório e da ampla defesa a todos os possíveis interessados, nos termos dos artigos 49, §3º, 109, inciso I, alínea “c”, e 110, todos da Lei de licitações.

Registre-se, cumpra-se e publique-se.

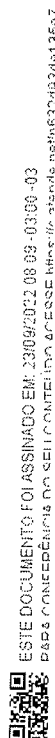
Pouso Alegre/MG, 23 de setembro de 2022.



Assinado eletronicamente por:
RENATO GARCIA DE OLIVEIRA
DIAS:02797104617
027.971.046-17
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE
INFRAESTRUTURA
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
INTERINO

Renato Garcia de Oliveira Dias

Secretário Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos





DESPACHO

Considerando a solicitação devidamente justificada vinda do ilustre Sr. **Renato Garcia de Oliveira Dias**, Secretário de Infraestrutura, Obras E Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, conforme segue: "**Decisão Administrativa**"; procedemos com a **REGOVAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO**, cujo objeto é Contratação de Empresa Especializada para a realização de Obras de drenagem na Rua São Francisco, Antônio Sarkis e Francisca Ricardina de Paula. incluindo o material, Equipamentos e Mão de Obra; Concorrência Publica 05/2022 – Processo Administrativo 141/2022; Com fundamento no art. 49 , da Lei Federal nº 8.666/93 .

Pouso Alegre, 29 de setembro de 2022.

**JOAO
ROMAO DE
LIMA:
43743706687**

Assinado digitalmente por JOAO
ROMAO DE LIMA:43743706687
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC
SOLUTI Multipla v5,
OU=07888603000110,
OU=Certificado PF A3, CN=JOAO
ROMAO DE LIMA:43743706687
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: sua localização de
assinatura aqui
Data: 2022-09-29 11:20:12
FoxIt Reader Versão: 9.7.0

JOÃO ROMÃO DE LIMA

Superintendente de Gestão de Recursos Materiais.